

DEBATE PÚBLICO – REDE RURAL EUROPEIA Contributos ANMP

Introdução

No Tratado de Roma (1957) está considerada como uma linha de política fundamental no processo de construção europeia a existência de uma política agrícola comum.

Ao longo dos últimos 50 anos e tendo em conta os contextos políticos e económicos ocorridos na Europa e no mundo, a Política Agrícola Comum (PAC), estabelecida em termos europeus, tem pretendido contribuir para a consolidação de um processo de defesa da agricultura europeia centrando-se no apoio ao aumento da produtividade agrícola, na melhoria qualitativa da produção e abastecimento alimentar, na diversificação das actividades em meio rural e de forma geral na melhoria dos níveis de qualidade de vidas dos territórios rurais.

Alvo de algumas reformas nos últimos 25 anos, a PAC tem vindo a reorientar a sua perspectiva de acção, afastando-se mais da produção e centrando-se mais no produtor e no seu papel enquanto agente de um território, tendo em conta todas as suas vertentes económicas, ambientais e culturais.

Este sentido de reforma justificou a criação de uma Política de Desenvolvimento Rural, que passou a ser uma parte integrante e fundamental de toda a arquitectura da PAC, centrando-se agora as preocupações nas comunidades rurais e nas suas vivências, apostando-se na melhoria e equilíbrio da paisagem e no reconhecimento de um papel multifuncional do agricultor, da sua família e da comunidade onde se insere. A diversificação económica em espaços com características rurais, a melhoria da qualidade de vida nas vertentes sociais, económicas, ambientais e culturais passaram a integrar de forma plena as preocupações e as medidas de política da PAC.

As últimas fases de alargamento na União Europeia vieram incorporar novas e antigas realidades no contexto da agricultura e do desenvolvimento rural. Num espaço alargado à escala europeia actual é importante referir que a PAC deve ter uma visão global de uma realidade múltipla e diversificada onde a riqueza se baseia na diversidade e especificidade dos diferentes espaços.

É hoje um imperativo de consciência que corta transversalmente a generalidade da comunidade rural europeia, para que se protagonize uma reforma profunda da PAC-Política Agrícola Comum, de tal forma, que, que se assegure às gerações vindouras um património imaterial e social enraizado nas tradições, nos costumes e na riqueza substantiva, que a terra e o território ainda nos pode proporcionar.

Se a comunidade em geral, os agentes económicos em particular e as autoridades locais, regionais e nacionais em especial não se reverem neste desígnio de sobrevivência, então o futuro da sustentabilidade do mundo rural e das economias que lhe estão subjacentes estará irremediavelmente hipotecado e sem soluções.

Objectivos

Quais devem pois ser os objectivos nucleares da futura Política Agrícola Comum?

Em primeiro lugar olharmos com integridade social e rigor intelectual, para as diferentes experiências vividas na ruralidade em cada um dos Países signatários da PAC e subsequentemente com humildade e determinação aproveitar todos os exemplos de sucesso e inovação, que foram materializados nos diversos sub-sectores (pecuária; fruticultura; oleaginosas; hortícolas; vitivinícolas; cerealíferas; etc; etc; etc.) tomá-los por referência, para novas práticas e sucessivas políticas de melhoria continua e desenvolvimento sustentabilizado, encorajando todos aqueles que fazendo do património rural a sua vocação e desígnio familiar se possam sentir retribuídos, dignificados e prestigiados profissionalmente.

Em segundo lugar interpretar cada País como sendo uma realidade única, ainda que fazendo parte de um todo que é a União Europeia.

Sem desmistificações e/ou justificações controversas é preciso assumir de uma vez por todas, que é possível desenhar uma Política Agrícola Comum salvaguardando as diferenças, que nos distinguem de País para País, através da flexibilização da mesma e ainda de uma boa dose de bom senso.

No futuro próximo só deverão apenas objecto de apoio os sub-sectores do mundo rural, que mesmo tendo recebido anteriormente qualquer tipo de incentivos, os mesmos tenham resultado no seu fortalecimento, quer em termos de qualidade, quer de operacionalidade, quer ainda de imagem e relevo social. A lógica que deverá presidir à atribuição de novos subsídios ao desenvolvimento, reforço de competências nucleares e activos imateriais aos sub-sectores eleitos deve estar condicionada à consubstanciação de *up-grades* e factores críticos de sucesso, que os alavanquem e os diferenciem em termos de competitividade e inovação.

Só com esta premissa será possível potenciar uma cultura de exigência e ambição, que aporte ao mundo rural uma necessária e indispensável atitude empresarial, onde a livre concorrência e a globalização contribuam para o aumento da importância do mundo rural (e não só do sector agrícola) enquanto património da humanidade e no limite como recurso da sustentabilidade das regiões europeias mais desertificadas e distanciadas da modernidade e urbanidade.

Em síntese a ruralidade não deve ser olhada nem tratada como contraponto do tecido urbano. O mundo rural deve ser gerido e protegido, como se de um património colectivo europeu se tratasse e de forma a assegurarmos um legado às gerações futuras, onde a terra e a natureza com as suas riquezas endógenas estabeleçam um equilíbrio da vida à escala planetária.

Os últimos anos mostraram-nos que existem potencialidades residentes na plataforma rural, que merecem ser olhadas com criatividade e ambição, porque intrinsecamente armazenam activos

imateriais de grande valor acrescentado e que em muitos dos casos não foram até hoje explorados de forma organizada, disciplinada e sobretudo numa perspectiva empresarial.

Contextualizando, pois, o que fora anteriormente enunciado e ensaiando um “*novo paradigma*” para o espaço rural e a tradição agrícola que o substractiza, passamos a elencar um conjunto de sub-sectores nele domiciliado, que em nossa opinião concentram um potencial emergente e que deverão ser merecedores dum olhar atento e acompanhamento especializado com vista ao seu robustecimento, revitalização, reordenamento, relançamento e/ou consolidação. Ocorre-nos designadamente destacar:

- A **fileira do sector agro-alimentar**, no aposta clara e definitiva nos produtos de denominação de origem protegida e/ou com raízes culturais e de tradição incontornáveis e inquestionáveis;

- A **fileira da floresta**, com todo o património cinegético e botânico que lhe está subjacente, carente de uma atitude responsável e concertada, para fazer emergir todo o seu potencial económico e de sustentabilidade do meio ambiente, numa aposta clara e decisiva na reflorestação das espécies locais mais representativas e complementada com reordenamento de manchas dedicadas à fileira industrial da pasta de papel;

- A **fileira do turismo rural** e do eco-turismo com todas as suas virtudes e encantos, que aportam e mobilizam de uma forma incremental o convívio e o contacto de grupos de cidadãos geracionalmente diferentes com o mundo da ruralidade fazendo-os comungar das riquezas imateriais, que só a natureza, a terra e homem rural sabem entoar e revisitar;

- A **fileira do turismo da saúde**, especialmente enfocada no cluster do termalismo e das águas minero-medicinais onde, esta riqueza natural co-habitando paredes meias com o espaço rural não só potencializa o desenvolvimento através da geração de dinâmicas de crescimento local e regional, como promove o equilíbrio e sustentabiliza a economia do(s) País(es);

- A **fileira vitivinícola**, porque a vinha e o vinho são dois activos ancestrais do património agrícola nacional, hoje reordenada e requalificada e por conseguinte com um potencial de crescimento à escala global, que reclama continuada atenção e redobrado empenho;

- A **fileira frutícola**, somente para algumas das suas variedades, designadamente as suficientemente apuradas e melhoradas nos últimos anos e ainda as novas espécies emergentes (kiwi);

- A **fileira das hortícolas**, apenas nas espécies com dimensão, qualidade e representatividade local ou regional, re-alimentando o seu incremento e apostando no seu apuramento; e por último

- A **fileira do património rural** propriamente dito e traduzida, na etnografia, na etnologia, na antropologia e na paisagem da geografia rural. Reclama-se e exige-se um olhar encorajador e medidas impulsionadoras da divulgação e defesa, do artesanato, dos trajes, das músicas, da poesia,

da pintura e de uma maneira geral da denominada arte e cultura populares. A generalidade das regiões rurais europeias dispõe de um património popular incomensurável de um valor imaterial autêntico e extraordinário, que bem identificado, correctamente protegido e eficazmente divulgado, contribuirá para o estabelecimento de estratégias de sustentabilidade e perenidade do “mundo rural” e das suas gentes.

Como tornar mais eficazes os instrumentos para uma Política Agrícola Comum?

Evitando os erros e os vícios cometidos nos últimos anos. Nomeadamente, sendo mais selectivos e exigentes na análise dos sub-sectores agrícolas, no que diz respeito aos seus desempenhos e contributos, para o crescimento das populações rurais e desenvolvimento sustentável das regiões e subsequentemente dos Países.

Desde logo temos que ter o bom senso para assumirmos que um País não pode ser competitivo em todos os segmentos da área agrícola, pelo que se lhe deve exigir que saiba, com autenticidade e independência, seleccionar e eleger os sub-sectores, de forma a que devidamente apoiados e acompanhados construam e reúnam condições de capital humano e dimensão tecnológica para se tornarem técnica e empresarialmente competitivos num mercado globalizante.

Combater e penalizar o individualismo e o sectarismo, através de políticas de incentivos às parcerias e à cooperação entre agentes económicos, com vista a obter dimensão e massa crítica nos diferentes sub-sectores que suportem os desafios da concorrência e assegurem os recursos necessários e indispensáveis à modernização tecnológica e à inovação.

Promover e incentivar a participação das instituições e entidades social e localmente representativas de um dado espaço rural, para que se pronunciem e se solidarizem na atribuição de incentivos aos sub-sectores que merecem realmente ser apoiados, expurgando a autoridade quase arbitrária de alguns órgãos do poder regionais e nacionais, que em muitas vezes por critérios meramente políticos decidem atribuir subsídios a quem não reúne condições, nem de contexto, nem de estratégia, para os receber.

Como melhorar a gestão da Política Agrícola Comum?

Ainda que aproveitando a estrutura hierárquica de órgãos e entidades, locais, regionais e nacionais que nos últimos anos se têm dedicado à implementação, acompanhamento e gestão da PAC, urge que se promova uma requalificação profissional destes actores, na exacta medida que a generalidade deles parou no tempo, não renovando conhecimentos nem investigando modelos e ainda não exercitando teoria de cenários, instrumentos indispensáveis à formulação de estudos prospectivos e subsequente acções de criatividade e práticas de inovação.

É por todos reconhecido, que as máquinas administrativas que superintendem actualmente as políticas locais, regionais e nacionais em matéria de ruralidade e agricultura europeias estão descontextualizadas (não se revêem no estigma rural e estão na maioria das vezes contaminadas pela urbanidade), quase sempre distantes do mundo rural e subsequentemente desenraizadas da

sua cultura e especificidade e em muitos dos casos olham a ruralidade com desprezo e distanciamento. Quantos exemplos existem por essa Europa fora de gestores, homens de negócio, técnicos e políticos, que tendo as suas raízes de infância na geografia rural, nos dias de hoje esquecem e/ou tratam de forma marginal o tema da ruralidade e as políticas de sustentabilidade, que lhe estão subjacentes.

Dar mais importância à participação de Iniciativas como o **MER-Movimento Europeu para a Ruralidade**, pela importância do seu envolvimento no acompanhamento das acções de rejuvenescimento e requalificação do património rural e activo agrícola.

Apoiar e re-incentivar a criação e proliferação de **Universidade Rurais e Populares** onde o conhecimento tácito, possa ser analisado, interpretado, documentado e protegido e para que os principais protagonistas detentores do conhecimento empírico “saber-fazer”, o cedam voluntária e graciosamente num ambiente sem intelectualidade e isento de matrizes de conceptualidade.

Constituir, um **Observatório Europeu da Ruralidade para o Desenvolvimento Sustentável** com antena em cada País, alicerçado numa plataforma digital transfronteiriça e que suporte uma *network* de todos os actores directa e indirectamente ligados ao “mundo rural”.

Sem fundamentalismos, mas cientes dos desafios que se colocam à União Europeia em matéria de sustentabilidade do mundo rural e subsequente preservação dos actuais activos agrícolas, só nos resta mudarmos urgentemente de comportamento e relevarmos a importância da natureza e da terra pugnando pela regeneração, protecção e re-visitação.